



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 187 - Fevereiro 2013

NOSSA OPINIÃO

- **8 de março: Mulheres em defesa da floresta**

MULHERES NAS LUTAS DE RESISTÊNCIA

- **O feminismo inserido nas lutas populares**

Na Cúpula dos Povos, realizada em janeiro no Chile, o feminismo se expressou com identidade camponesa e popular, posicionado com um projeto político antipatriarcal e anticapitalista, unido às lutas dos diferentes atores e organizações populares.

- **Para o feminismo, o capitalismo não tem eco: seguimos em luta contra os desertos verdes, contra a mercantilização da vida!**

A luta feminista do 8 de março também é uma luta contra a mercantilização da natureza. A Marcha Mundial de Mulheres continua denunciando a expansão dos Desertos Verdes no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul, como processo de mercantilização, o qual se denomina transição à Economia Verde. Uma falsa solução ecológica, que é uma oportunidade econômica para um sistema em crise.

- **Mulheres liberianas sofrem impacto da expansão das plantações de dendê da Sime Darby**

A Sime Darby chegou e tirou as roças e a floresta, juntamente com a soberania alimentar no distrito de Garwula, para plantar dendezeiros. A fonte de renda das mulheres, motivo de força e orgulho, foi perdida.

- **Filipinas: mulheres indígenas impactadas pela militarização da mineração em grande escala**

As defensoras indígenas dos direitos humanos estão na linha de frente da luta contra a mineração destrutiva em suas comunidades em todas as Filipinas, e estão na mira da militarização.

- **Carta aberta da Rede de Mulheres Latino-Americanas a governos e movimentos sociais**

A Rede Latino-Americana de Mulheres Defensoras dos Direitos Sociais e Ambientais encaminhou uma carta aberta a governos e movimentos sociais da América Latina pelo Dia Internacional da Mulher.

COMUNIDADES E FLORESTAS

- **Nigéria: tribunal holandês condena Shell - mas mais justiça é necessária!**

Um tribunal holandês determinou que a corporação transnacional anglo-holandesa Shell é responsável por poluir o delta do Níger, afetando fortemente a vida das pessoas em Ikot Ada Udo, no estado de Akwa Ibom.

- **Índia: Posco ataca novamente**

Novo assédio por parte da POSCO, nos povoados de Govindpur e Nuagaon, Orissa, deixou um rastro de violência e destruição nas fontes de subsistência.

COMUNIDADES E PLANTAÇÕES

- **Nigéria: Ambientalista ameaçado por suas denúncias contra as plantações de dendezeiros da Wilmar**

Foi lançado um alerta de ação internacional em apoio ao diretor do Nigerian Rainforest Resource & Development Center (RRDC), Odey Oyama, que está na vanguarda das denúncias contra a expansão da gigante do dendê Wilmar e tem sido assediado pela polícia.

- **Gabão: Novo estudo alerta sobre os impactos da expansão de plantações de monoculturas de dendezeiro e seringueira**

O governo do Gabão visa transformar o país no maior produtor de óleo de dendê em África. A Brainforest, em colaboração com FERN e WRM, produziu um estudo sobre os impactos da expansão das plantações de dendê e seringueira no país Africano e alerta sobre os impactos já detectados nas regiões afetadas.

- **Libéria: Ação contra a expansão das plantações de dendê da Sime Darby e da Golden Veroleum**

Três ONGs liberianas entraram com uma ação pedindo que as empresas de dendê Sime Darby e Golden Veroleum respeitem os direitos humanos, renegociem seus contratos e protejam os meios de subsistência da população rural pobre.

POVOS EM AÇÃO

- **Camboja: Ação contra a concentração de terras**
- **Moçambique: Ação em defesa dos direitos dos camponeses ao alimento**
- **Brasil: 1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas**

RECOMENDADOS

- **“Baixo Aguán: Grito pela Terra”**
- **“O Deserto Verde, a floresta que não vive”**

NOSSA OPINIÃO

- 8 de março: Mulheres em defesa da floresta

O próximo dia internacional da mulher é um dia para celebrar os avanços que as mulheres já conseguiram obter em termos de direitos conquistados; por outro lado, é um dia de luta também para denunciar as tantas violações às quais as mulheres no mundo inteiro ainda estão sendo submetidas.

Neste editorial, queremos lembrar e homenagear em especial as mulheres que cotidianamente lutam pelas florestas tropicais na Ásia, na África e na América Latina, florestas

que não são simplesmente terras para elas, mas são territórios que cumprem um papel fundamental em sua vida social, econômica, cultural e espiritual. Defender esses territórios e as florestas mexe com interesses econômicos que veem a floresta apenas como terras para conseguir lucros rápidos, por exemplo, extraindo madeira valiosa; esses interesses destroem a floresta e o fazem mesmo que seja proibido por lei. Eles costumam reagir com violência em muitos lugares.

Quem está sentindo isso na pele é Laísa Santos Sampaio, que vive na floresta amazônica no Brasil. Ela mora na primeira reserva extrativista que foi criada em 1997, no estado do Pará. Desde então, o assentamento de famílias que vivem da floresta sofre invasões de fazendeiros, madeireiros e daqueles que exploram o carvão. Laísa é ameaçada de morte por defender a floresta. Ela pediu para ser protegida através do programa de proteção aos defensores de direitos humanos do governo federal brasileiro, mas o pedido, numa análise preliminar, foi negado. Uma indicação de que as ameaças são muito sérias é o fato que a irmã de Laísa, Maria do Espírito Santo, já foi assassinada, junto com o cunhado da Laísa, José Cláudio Ribeiro, em maio de 2011. Defendiam a mesma causa. Em homenagem à sua luta, o casal recebeu, depois do assassinato, um prêmio póstumo da ONU.

Laísa é professora na escola local e participa do Grupo de Trabalhadoras Artesanais Extrativistas, um grupo de mulheres que produz fitocosméticos e fitoterápicos com óleo da andiroba. Ela costuma fazer um trabalho de sensibilização pelo extrativismo, o uso da floresta sem destruí-la. As ameaças mudaram radicalmente a vida da Laísa; ela perdeu sua liberdade.

Mulheres como Laísa vivem em todos os países onde temos florestas tropicais, na América Latina, na África e na Ásia; são lutadoras que buscam cuidar e melhorar a vida de suas famílias e comunidades, sempre defendendo as florestas. Laísa e sua comunidade lutam contra madeireiros e fazendeiros que invadem a comunidade, enquanto, em outros lugares, comunidades lutam contra empresas de mineração, hidrelétricas, plantadoras de monoculturas em larga escala, de petróleo e gás, etc., Todos esses setores também costumam contribuir com a destruição da floresta e violam os direitos dos povos que dependem da floresta e sempre cuidaram dela.

Fazemos um apelo para que se apoiem e defendam as lutas dessas comunidades, em especial das mulheres defensoras das florestas, e exigimos medidas urgentes dos governos das florestas tropicais para reconhecer os direitos de suas populações, incluindo os direitos das mulheres, e que se dê proteção a todas e todos aquelas e aqueles que são ameaçados ou perseguidos por essa causa.

Pedimos aqui, em especial, que seja preservada a vida de Laísa (por favor, assine a petição online <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2012N20715>)

[Início](#)

MULHERES NAS LUTAS DE RESISTÊNCIA

- O feminismo inserido nas lutas populares

A Cúpula dos Povos, celebrada na capital chilena, de 25 a 27 de janeiro, foi um evento paralelo à Cúpula dos governos da União Europeia e dos países associados à Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

“Pela justiça social, a solidariedade internacional e a soberania dos Povos” foi a convocatória das organizações sociais, sindicais e políticas que se articularam para que, ao lado das reuniões oficiais, fossem ouvidas as demandas e propostas dos povos mobilizados na América Latina e na zona europeia, afetados pelas políticas de “austeridade” com que os setores que geraram a atual crise econômica e financeira mundial e se enriqueceram com ela, pretendem agora cobrá-la dos povos, impondo enormes retrocessos sociais e democráticos.

Além disso, o encontro representou a busca de um espaço para a articulação e a construção de alternativas entre as organizações sociais, em um momento histórico que “exige uma resposta unitária de nossos povos e uma saída radicalmente alternativa à recondução e ao fortalecimento do atual modelo neoliberal”.

E na hora de questionar as distintas dimensões da crise e o modelo extrativista desigual e depredador, de exigir justiça social e um modelo alternativo que garanta plenamente os direitos políticos e democráticos, bem como os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, a voz das mulheres marcou presença. Assim sendo, entre as organizações que convocaram a cúpula estão a Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas – ANAMURI, a Marcha Mundial das Mulheres-Chile e a Marcha Mundial das Mulheres-Internacional, Mulheres por México e a Plataforma Nacional pelos Direitos das Mulheres Equatorianas. Mas também participaram a Coordenação Nacional de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas, CONAMURI (Paraguai), a Rede Latino-americana de Mulheres Transformando a Economia, REMTE, e a Federação Nacional de Mulheres Camponesas, Artesãs, Indígenas, Nativas e Assalariadas do Perú, FEMUCARINAP.

No marco da Cúpula, realizou-se uma atividade na qual representantes de movimentos feministas, organizações ambientalistas, movimentos camponeses e indígenas debateram a situação do movimento feminista diante dos processos de integração econômica, e a construção de feminismo com identidade. Elisabeth Peredo, da Rede Latino-americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE), manifestou que uma das preocupações centrais é a continuidade dos processos de resistência e construção a partir dos movimentos sociais. No caso das lutas feministas, embora tenha havido avanços, as cifras de violência e discriminação ainda são alarmantes, o que evidencia que falta “trabalhar com mais intensidade em nível ideológico, cultural e subjetivo”. Reafirmou a necessidade de realizar reflexões que conduzam a novos paradigmas, tomando ideias que são invisibilizadas, como a economia do cuidado e a sobrecarga de trabalho à que se enfrentam as mulheres em todo o continente (ver Radio Mundo Real, <http://www.radiomundoreal.fm/Mulheres-al-volante>).

A dirigente de ANAMURI e da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC – Via Campesina), Francisca Rodríguez (mais conhecida como Pancha), em uma entrevista realizada pela Radio Real (<http://www.radiomundoreal.fm/Por-un-proyecto-popular->

en-América), declarou sobre esse novo encontro dos povos no Chile: “É de muita esperança, muita força; acreditamos que as aprendizagens vão ser muito fortes e justamente isso é o que vai fortalecer a construção de movimentos”. “Estamos discutindo os temas centrais, educação, saúde, moradia, trabalho e o bem-estar, e direitos da Mãe Terra contra a mercantilização da natureza e da vida, que passa por abordar o tema dos povos indígenas, suas cosmovisões, mas também a questão muito forte levantada pela Via Campesina, e que hoje em dia é comum a muitos e muitas, sobre soberania alimentar”, acrescentou.

Segundo Pancha, para avançar mais um passo no processo, é necessário passar da convergência a alianças más sólidas e visíveis, que abram caminho às propostas que estão sendo construídas. “É necessário somar os processos de cada setor para construir uma ponte importante que dê passagem a um projeto popular na América Latina, que oriente e dê conteúdo”, avaliou. Nesse sentido, destacou a Aliança pela Soberania Alimentar na América Latina e no Caribe, “que tem que ser pela soberania alimentar e a terra”, processo que culminará em abril, na Colômbia, onde se constituirá a Aliança Continental pela Soberania Alimentar e a Terra.

Em especial, a dirigente de ANAMURI e da CLOC destacou como avançam os processos de aliança e unidade das mulheres, tanto do campo quanto da cidade e indígenas: “Eu acredito que estamos em um processo de construção de um feminismo camponês e popular que parta de nossa identidade, e esse também será um passo adiante no processo”, concluiu.

Sobre isso, na Declaração final da Cúpula dos Povos (<http://cumbrechile2013.org/declaracion-cumbre-de-los-povos-santiago-de-chile/>), levantou-se “a necessidade de construir as bases para um novo modelo de sociedade que transforme as atuais lógicas e coordenadas políticas, econômicas, sociais e culturais em todos os nossos países e povos de ambos os lados do continente, as lutas dos diferentes atores e organizações do campo popular”. Para alcançar esses objetivos, propõe, entre várias outras coisas, “posicionar o feminismo com um projeto político antipatriarcal e anticapitalista”, bem como “acompanhando a luta pela soberania de nossos territórios na América Latina, é necessário lutar pelo respeito à soberania de nosso corpo como território próprio das mulheres”.

A necessidade de unir as lutas surge como a palavra de ordem do momento: “Não podemos dividir mais as instâncias organizativas nas quais estamos; conduzir a um projeto na diversidade é nosso maior desafio na criação de uma alternativa real de poder popular. Romper com os sectarismos que fragmentam, dividem e impedem a construção da unidade do campo popular é uma tarefa urgente. Frente ao poder do bloco dominante, só a unidade e a solidariedade entre nossos povos nos darão a força necessária para alcançar nossos maiores objetivos e vencer”.

Início

- Para o feminismo, o capitalismo não tem eco: seguimos em luta contra os desertos verdes, contra a mercantilização da vida!

(Foto: Cíntia Barenho/CEA)

Chegamos a mais um 8 de março, dia internacional de luta das mulheres, no qual nós, mulheres feministas, também lutamos contra a mercantilização da natureza! Mercantilização essa aprofundada pela expansão dos Desertos Verdes, que já estão sendo considerados uma transição para Economia Verde. Processo baseado em falsas soluções ecológicas para um sistema em crise, mas, que de fato visa oportunidades econômicas para integrar a natureza ao mercado.

A expansão dos Desertos Verdes não é uma realidade nova, mas que tem sido aquecida nos últimos anos, especialmente devido as políticas dos países, ditos desenvolvidos, em proibir fábricas e processos poluidores em seus territórios. Proíbem os processos, mas não proíbem o uso dos produtos produzidos por estes. Assim, as empresas buscam outros territórios favoráveis para instalação e/ou ampliação de seus processos industriais poluidores, nos quais a América do Sul tem sido uma das escolhas.

Em várias regiões do Brasil, as empresas de celulose e papel estão espalhando seus desertos verdes de eucaliptos. Em especial na Bahia, no Espírito Santo, no Maranhão, no Mato Grosso do Sul, no Piauí, no Rio Grande do Sul (RS), as empresas se apoderam dos territórios expulsando povos indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas de suas terras.

Atualmente o RS tem uma área de mais de 500 mil hectares de monoculturas de árvores exóticas e, segundo projeções, chegaria a cerca de um milhão de hectares de plantações de pinus, eucalipto e acácia até 2015. Os projetos, além de transformar o bioma Pampa em imensos maciços de eucalipto, previam a instalação de fábricas de celulose.

Entretanto, com o agravamento da crise econômica mundial, bem como com a sistemática luta e resistência local, os investimentos do setor de celulose e papel foram minguando no RS. As empresas que até então ressaltavam a importância e suas boas intenções com o desenvolvimento do RS, mostram sua verdadeira face.

A volta dos que não foram: os novos velhos investimentos voltam ao cenário do RS. A atual ofensiva papeleira é da empresa chilena CMPC (Companhia Manufatureira de Papeis e Cartões, mas que no RS chama-se Celulose Riograndense), na qual, anunciou a compra de 100 mil hectares monocultura de eucalipto e ampliação da fábrica de celulose de Guaíba, utilizando dinheiro público do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O anúncio foi saudado por parlamentares, meios de comunicação (comprometidos com seus anunciantes), como também pelo governo estadual.

São festejados números e cifras, mas nada é esclarecido sobre o processo de licenciamento ambiental, sobre como o Zoneamento Ambiental para atividade de Silvicultura (ZAS) será/está sendo cumprido.

Nós mulheres dizemos não ao capitalismo verde!

Esse breve resumo se faz essencial para conhecermos, minimamente, com quem estamos lidando. A fluidez do capital é grande, a fluidez como o mercado se transmuta também. A chegada da Celulose Riograndense não é nada novo, mas sim mais um passo do processo de mercantilização do território gaúcho.

Para nós mulheres sistematicamente é negado a possibilidade de planejar e projetar o desenvolvimento local. Negado porque o sistema capitalista, que é patriarcal, impõe às mulheres um papel de incapacidade em decidir sobre sua própria vida, sobre sua soberania alimentar, energética, territorial. Para as mulheres espaço privado, para os homens o público.

No entanto, no RS, juntamente com outros movimentos, mulheres camponesas e feministas protagonizamos sistemática luta e resistência local contra a expansão dos Desertos Verdes. Essa resistência abalou as ideias do agronegócio, que achava que no RS haveria condições favoráveis ao seu pleno desenvolvimento. E diante dessa nova ofensiva, precisamos dizer não ao capitalismo verde, chamado falsamente de Economia Verde.

Economia Verde é a forma encontrada pelo sistema capitalista neo-liberal em mercantilizar a vida. Mesmo com a tentativa fracassada na Rio+20, de impor-se como “a agenda” para o próximo período, governos e empresas seguem cunhando essa falácia (vide o mais recente estudo da Organização Internacional do Trabalho).

No caso dos desertos verdes se utiliza da falácia da preservação das florestas em detrimento da expansão de “florestas” plantadas. Utiliza-se um conceito falso de floresta, mascarando que a mesma é uma monocultura de árvores exóticas plantadas com a intenção de serem transformados, especialmente, em pasta de celulose.

Ao invés de regras para limitar os danos ecológicos e/ou mudanças no atual modelo de produção e consumo, a economia verde segue a lógica da compensação e da mercantilização. A compensação pressupõe que um processo poluidor pode ser desenvolvido a priori, desde que se indenize financeiramente o Estado. Já a mercantilização reforça tal princípio e consagra a necessidade de valorar a natureza, cunhando a ideia de que só tem valor que se pode comprar ou vender, negociar no mercado. Ou seja, que é preciso encontrar formas de dotações orçamentárias para se garantir um “fluxo estável” dos bens naturais (entendidos como meros recursos a nosso serviço).

Assim, esse modelo ilusório e destrutivo afeta diretamente as mulheres, principalmente as trabalhadoras rurais, devido a sua intensa relação com os bens naturais e a divisão sexual do trabalho doméstico. O trabalho de reprodução e de cuidados, de sustentabilidade da vida ainda é uma tarefa majoritariamente das mulheres. Logo, quanto mais o modelo concentra terras, dissemina agrotóxicos, desrespeita legislações ambientais, polui as águas, prioriza o trabalho produtivo para homens, maior é o impacto negativo sobre a vida das mulheres. Essa contabilidade é invisibilizada propositalmente.

Nesse modelo de agronegócio, promover economia verde com monoculturas de árvores exóticas é promover acumulação de capital sem qualquer perspectiva ecológica, consequentemente social. Vislumbra-se um mundo onde os elementos naturais e o trabalho das mulheres são inesgotáveis. E qualquer responsabilidade com a promoção de bem-estar deve ser subsidiada pelo Estado.

Mulheres em luta contra a mercantilização!

Assim para nós da Marcha Mundial das Mulheres, o dia 8 de março também é de luta contra a violência do capital sobre os territórios, consequentemente sobre nossos corpos, sobre a natureza.

Lutamos por um outro modelo, através da perspectiva da Economia feminista, defendemos a necessidade de um novo paradigma de sustentabilidade da vida. As mulheres criam cotidianamente alternativas concretas à economia dominante, articulando transformações aos modelos de produção, reprodução e consumo. Ou seja, nós mulheres já desenvolvemos soluções reais que passam pela promoção da Soberania Alimentar e Energética, pela Agroecologia, pela Economia Solidária; também pelo reconhecimento e valorização dos conhecimentos ecológicos tradicionais dos povos; pela defesa das florestas e da biodiversidade, dentre outros. A mudança de paradigma já está acontecendo, mas precisam que as políticas públicas estruturantes sejam reorientadas ao desenvolvimento dos povos e não do capital.

Economia Verde é uma falsa solução! Economia feminista é a nossa solução!
Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres!

Cíntia Barenho, Coordenadora de Projetos do Centro de Estudos Ambientais (CEA) e militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), email: cintia.barenho@gmail.com

[Início](#)

- Mulheres liberianas sofrem impacto da expansão das plantações de dendê da Sime Darby

O Distrito de Garwula, no condado de Grand Cape Mount, é uma das áreas afetadas pelo contrato de arrendamento de 63 anos, assinado em 2009 pela Sime Darby, gigante malaia produtora de óleo de dendê, com o Governo da Libéria. Quando a empresa estabeleceu grandes plantações de dendê voltadas à exportação, a subsistência dos moradores locais foi prejudicada e as mulheres tiveram de enfrentar muitas dificuldades.

O relatório “Uncertain Futures. The impacts of Sime Darby on communities”(1), produzido pelo Sustainable Development Institute (SDI) e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), e também citado em outro artigo deste boletim, dá uma visão mais profunda da forma como as plantações industriais de dendezeiros afetam as mulheres de forma diferenciada.

Baseado no trabalho de campo, o relatório mostra como as mulheres no distrito de Garwula costumavam alimentar suas famílias cultivando arroz, milho e mandioca no mesmo pedaço de terra, juntamente com uma variedade de legumes como batata, pepino e muito mais. Dessa forma, conseguiam garantir sua comida porque, enquanto o arroz estava crescendo, a família podia colher outras culturas cujo tempo de crescimento é menor, como milho, pepino, etc.

As mulheres trabalhavam lado a lado com seus maridos e outros membros da família, e o excedente era vendido a mercados locais ou à capital, Monróvia. Assim, a estratégia não apenas garantia alimento para a família, mas também proporcionava uma pequena renda que lhes permitia chegar até as colheitas principais.

O relatório diz que “Os meses de dezembro a março são majoritariamente ensolarados e secos na Libéria. Nessa época do ano, há relativa abundância de alimento na maior parte das aldeias. Mas, mais do que isso, também é um momento de valor estratégico para as

mulheres, já que a época é ideal para o processamento da mandioca em garie para venda e consumo interno. O garie é uma farinha de mandioca muito consumida em toda a Libéria, e sua preparação é muito fácil, de várias maneiras diferentes. Mulheres da área criaram pequenas empresas de transformação e comercialização do produto. Elas são conhecidas pelo produto de alta qualidade, e os consumidores locais preferem os seus produtos. Esta era uma importante fonte de renda, principalmente para as mulheres”.

Não só a agricultura, como também a floresta, tinha sido particularmente importante para as mulheres, já que, com os produtos florestais que coletavam, elas podiam fazer uma variedade de itens domésticos, como redes de pesca e cestas, de extrema importância em aldeias que dependem da pesca como principal fonte de proteína. A venda do pescado excedente também podia proporcionar uma pequena renda para a família.

Mas a Sime Derby chegou e tirou as roças e a floresta, juntamente com a soberania alimentar e até mesmo os locais sagrados na floresta, para plantar dendezeiros. A fonte de renda das mulheres, motivo de orgulho, foi perdida.

“Neste nosso país, nós, as mulheres, ajudamos nossos maridos. Por exemplo, se os filhos estiverem indo à escola, os maridos não serão capazes de cuidar de todas as necessidades da família. Mas se as mulheres estão fazendo negócio, podemos ajudar nossos maridos. Quando o seu marido faz a agricultura e que você planta mandioca, faz garie, você pode ir a Monróvia e vender. Pode fazer isso e ajudar a sustentar a família. Pode comprar suas próprias roupas e pagar algumas das taxas escolares. Agora que a empresa destruiu tudo isso, eles precisam dar dinheiro para as mulheres fazerem negócios”.

Quando, em novembro de 2012, sob o lema “Nosso futuro é agora”, mais de 150 pessoas de comunidades de dentro de áreas de concessão de dendê na Libéria se reuniram para discutir a expansão das plantações voltadas à exportação no seu país e os impactos dessa expansão sobre sua subsistência (ver Boletim 185 do WRM), houve intercâmbio de informações entre as comunidades do condado de Cape Mount já afetadas pelas plantações de dendê da Sime Derby e as de outros três condados da área de concessão que ainda não foram afetadas.

As mulheres afetadas pela Sime Derby puderam se manifestar e alertar sobre a expansão das plantações industriais de dendê.

Entrevistada pelo WRM, Ethel Wion, presidente da Rede de Sindicatos de Camponeses da Libéria, expressou:

“Acho que o contrato de concessão [da Sime Derby com o governo Liberiano] é uma violação dos direitos constitucionais de nossos cidadãos, principalmente para as mulheres cuja ocupação é a agricultura, que vivem da terra, dos peixes nos rios, que obtêm carne das florestas.

As promessas que estão no contrato de concessão não são reais. Não há nenhuma maneira de protegemos a floresta se a concessão vier e explorar a terra. Eles vão destruir a terra, eles vão destruir as águas, e mesmo os animais que vivem na floresta serão destruídos.

Considerando-se que 90% da nossa população vivem da agricultura, a quantidade de terra

solicitada para [concessão] é muito grande e o tempo é muito longo, então eu acho que o contrato de concessão vai nos afetar muito.

Como liberianos, temos um programa de segurança alimentar; eles dizem que querem reduzir a pobreza. Mas como podemos reduzir a pobreza se a terra que deveríamos usar para produzir alimentos e nos tornar seguros em termos alimentares será tirada? Então, como podemos conciliar segurança alimentar com a quantidade de terra que está sendo dada para a empresa como concessão?

Algumas das mulheres estão frustradas porque, no passado, todas viviam da agricultura, mas agora, acham que não estão obtendo nada dela. Não há estrada para o mercado, não há mercado para o que elas produzem e, portanto, elas estão vivendo da agricultura de subsistência, apenas para comer. Em alguns casos, você as ouve dizer: “Deixe que a terra se vá! O que estamos recebendo dela?”

Assim, como representante da comissão de agricultura, eu acho que nós temos que ver como eles poderiam capacitar as nossas mulheres para plantar alimentos, fornecer-lhes um mercado, tornar empréstimos e subvenções acessíveis a elas, para que elas possam falar por si mesmas. Porque, se você está com fome, você comete erros.

É hora de garantir o nosso futuro para amanhã. Nós precisamos de nossa terra, porque sem a nossa terra, não conseguiremos produzir alimentos, sem alimentos, não haverá paz, sem paz, vamos voltar aos 50 anos da guerra civil. Nossos filhos serão usados, espancados e agredidos, haverá muito roubo nas cidades, as meninas vão ser levadas à prostituição. Se não pudermos desenvolver a massa do povo, a nação não será desenvolvida. Assim, a comissão de camponeses diz NÃO. [O dendê] não é do nosso interesse, porque os camponeses vivem na terra”.

(1) “UNCERTAIN FUTURES. The impacts of Sime Darby on communities in Liberia”, setembro de 2012, de Silas Kpanan’Ayoung Siakor, publicado pelo Sustainable Development Institute e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, http://www.wrm.org.uy/plantations/21_set/2012/Liberia.html

Início

- Filipinas: mulheres indígenas impactadas pela militarização da mineração em grande escala

(Foto: Ronalyn V. Olea)

As Filipinas têm uma grande variedade de minerais, incluindo ouro, cobre, níquel, cromita, prata, manganês e ferro. A extração mineral aumentou rapidamente depois que foi liberalizada pela Lei de Mineração Filipina de 1995, que dá plenos direitos a empresas transnacionais estrangeiras de explorar a mineração em territórios indígenas, incluindo propriedade total, repatriação de lucros e isenções fiscais, violando, assim, os direitos ancestrais dos povos indígenas à terra.

A mineração em grande escala por parte de empresas estrangeiras se tornou a chave do

desenvolvimento nacional para o governo das Filipinas, que pôs os domínios ancestrais dos povos indígenas cada vez mais sob ameaça de invasão e militarizou os territórios das comunidades indígenas para forçar a entrada de grande projetos de desenvolvimento.

A militarização tem tido um impacto específico sobre as mulheres indígenas. “Quando as nossas comunidades são militarizadas, nós, mulheres indígenas, não apenas lutamos com o medo e abuso que vêm com a militarização do interior do país devido a interesses de mineração, mas também sofremos uma perda de meios de subsistência. Um ambiente militarizado dificulta nosso acesso a roças, devido a desalojamento, postos de controle, toques de recolher e outros tipos de abusos. Como resultado de influências trazidas por empresas estrangeiras, soldados do governo e outros, o papel das mulheres nas comunidades indígenas está mudando mais rapidamente, desintegrando-se e evoluindo para o conceito objetificado de mulher. O aumento do assédio, do abuso e da violência sexuais é muito maior, devido à militarização. Essas violações acontecem em clima de impunidade e esses abusos costumam ser negados pelos militares, bem como pelos governos nacional e locais”.

A militarização em áreas de mineração se intensificou em 2008, com a introdução da Força de Defesa dos Investimentos, composta por membros das Forças Armadas das Filipinas e encarregada de proteger projetos de extração daqueles que estão no caminho do “desenvolvimento”.

Em novembro de 2012, uma missão internacional de investigação do Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos destacou os efeitos da militarização em curso na região, onde o exército assumiu o papel da aplicação da lei, surgiram vários exércitos privados ilegais, e grupos paramilitares foram legalizados, o que contribuiu para a disseminação das violações de direitos humanos com impunidade.

Embora as operações de mineração em grande escala tenham consequências negativas para aqueles que vivem em áreas próximas, o impacto desproporcional sobre os povos indígenas os torna mais vulneráveis a muitos tipos de violações dos direitos humanos, incluindo a apropriação da terra, resultando em expulsão em massa, destruição em larga escala das florestas e dos terrenos agrícolas, poluição do solo e dos rios com produtos químicos tóxicos, desintegração da sociedade e da cultura indígenas, e marginalização das mulheres como produtoras de alimentos na economia de subsistência.

A Women Human Rights Defenders (WHRD) é formada por ativistas de direitos humanos que defendem os direitos das mulheres. Nas Filipinas, as WHRDs indígenas estão na vanguarda da luta contra a mineração destrutiva em suas comunidades em todo o país e têm sido alvo de atores estatais e não estatais – ou de ambos, agindo juntos. No caso da luta comunitária na província de Itogon, contra a mineração a céu aberto pela Benguet Corporation, as WHRDs indígenas cumpriram um papel importante na prevenção da expansão desse tipo de minas. A Save the Apayao People’s Organisation, um grupo de protesto contra a mineração na região da Cordilleira, tem fortes líderes mulheres que resistem à entrada das empresas de mineração de ouro Anglo-American, do Reino Unido e Oxiana, da Austrália.

Têm-se implementado intercâmbios, visitas de estudo dentro de uma região do país e de outros países e compartilhamento de informações atualizadas sobre mineração e sobre as medidas tomadas por mulheres e pessoas entre as organizações que trabalham nas questões de mineração, em um esforço para fortalecer as comunidades locais. Isso permitiu

que os grupos dessem uma resposta rápida a questões emergentes e urgentes sobre mineração que, juntamente com uma combinação de ações, incluindo barricadas e manifestações nas comunidades, resultaram em uma moratória à mineração, como no caso das províncias montanhosas na Cordillera, e em um atraso na implementação dos projetos de mineração.

Artigo baseado em: Mining and Women in Asia: Experiences of women protecting their communities and human rights against corporate mining,” Asia Pacific Forum on Women, Law and Development (APWLD), http://www.apwld.org/pdf/Mining%20with%20cover_opt.pdf.
“Defending Ancestral Lands: Indigenous Women Human Rights Defenders In The Philippines,” AWID, <http://www.awid.org/eng/News-Analysis/Friday-Files/Defending-Ancestral-Lands-Indigenous-Women-Human-Rights-Defenders-in-the-Philippines#.UR5ZFvRVJkA.facebook>

Início

- Carta aberta da Rede de Mulheres Latino-Americanas a governos e movimentos sociais

Por motivo do Dia Internacional da Mulher, a Rede Latino-americana de Mulheres Defensoras dos Direitos Sociais e Ambientais, formada por mulheres de Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Guatemala, Honduras, México, Salvador, Peru e Uruguai, que representam organizações, instituições, coletivos, grupos locais, mulheres do campo e da cidade, organizações ecologistas, de pesquisa, em alguns casos, mulheres profissionais ou com educação básica, publicou em sua página na internet (<http://www.redlatinoamericanademulheres.org/>) uma carta aberta (ver texto completo abaixo) dirigida aos governos e movimentos sociais da América Latina. Através dessa carta, a Rede busca dar a conhecer amplamente as situações resultantes da extração mineradora. Além disso, busca conseguir um grande número de adesões, e solicita a quem quiser aderir, que envie uma mensagem a <redlatinoamericanamujeres@gmail.com>

Texto completo da carta:

Neste dia tão especial para todas as mulheres do mundo, no qual se comemora a luta da mulher por seus direitos de participação igualitária na sociedade e por seu desenvolvimento íntegro como pessoa, queremos nos dirigir a vocês e os convidar a refletir sobre o que este dia significa para nós.

Somos mulheres latino-americanas que nos unimos para lutar em defesa do direito de nossas sociedades de viver com dignidade e justiça social, em um ambiente são e pacífico, e de nos opor aos megaprojetos de extração e saque de nossas riquezas naturais, principalmente os metais, por seus altos impactos negativos sobre a sociedade em general e especialmente sobre as mulheres. Quando as empresas mineradoras chegam a nossos povoados, sofremos a violação sistemática de nossos direitos, a natureza é contaminada e depredada, mingam os espaços de trabalho e de vida em família. A cotidianidade e a cordialidade das relações sociais e familiares se veem alteradas por problemas como o alcoolismo e a insegurança nas ruas. Aprofundam-se os problemas da violência contra as mulheres, como a psicológica, a física e a sexual, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada, discriminação e

exclusão social nos âmbitos de trabalho, políticos, sociais e econômicos, criminalização das líderes dos movimentos sociais de protesto, assim como o despojo de suas terras e o aumento dos problemas de saúde.

O estabelecimento de empresas mineradoras em nossos territórios significou o aumento do trabalho das mulheres, que se veem sozinhas para cuidar do lar, da terra, dos animais, inclusive trabalhando fora de casa para o sustento quando o homem vai à mina ou já não retorna.

Com a chegada das grandes empresas mineradoras e o aval que os governos lhes proporcionam através de leis que as beneficiam e sua política de repressão e criminalização social, algumas de nós conhecemos também a agressão, a prisão, a tortura e até a morte, como nossas companheiras Bety Cariño Trujillo, do México, e Dora Alicia Sorto, de El Salvador.

É por isso que, neste dia, fazemos um chamado aos governos e aos movimentos sociais para que reconheçam que a megamineração de metais na América Latina, além de gerar impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais nocivos, tem efeitos perversos sobre as mulheres. Mais do que isso, empobreceu nossos povoados, nos privou de terra, água e alimentos são, fundamentais para nosso sustento e o das gerações futuras.

O modelo de desenvolvimento baseado na exploração e no saque ilimitado dos recursos da natureza para a acumulação do capital internacional – que enriquece a uns poucos e empobrece a maioria de nossos povos, fundamentalmente a nós, mulheres – implementado com persistência por parte dos governos latino-americanos, inclusive os chamados progressistas, é um desenvolvimento destrutivo e empobrecedor, que não queremos.

Exigimos

- que não se aprovem mais concessões de mineração em nossos territórios,
- que se suspendam as licenças ambientais dadas às empresas que não os respeitam,
- que não se elaborem mais leis especiais que favoreçam a atividade mineradora em detrimento de atividades tradicionais e mais sustentáveis, como a agricultura e a pecuária, das quais vive grande parte de nossos povos, seja como produtores camponeses e/ou consumidores dos alimentos produzidos nestas terras,
- que se investiguem e se atendam com políticas públicas os problemas ocasionados pelo impacto nocivo das atividades mineradoras em nossos países, em nossas comunidades e em nossas vidas.

Pelo direito das mulheres a ser ouvidas e a decidir sobre o desenvolvimento que queremos! Não à megamineração de metais em nossas terras!

Rede Latino-Americana de Mulheres Defensoras dos Direitos Sociais e Ambientais
Para aderir a esta carta, envie mensagem a <redlatinoamericanamulheres@gmail.com>

[Início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Nigéria: tribunal holandês condena Shell - mas mais justiça é necessária!

(Foto: Crianças perto de um dos flares de gás da Shell na Nigéria. Crédito: Elaine Gilligan, FoE)

Um tribunal holandês determinou que a corporação transnacional anglo-holandesa Shell é responsável por poluir o delta do rio Níger, afetando fortemente a vida das pessoas em Ikot Ada Udo, no estado de Akwa Ibom. A Shell deve limpar a poluição do petróleo, compensar os afetados e evitar que ocorram mais vazamentos. Este caso é único, porque, pela primeira vez, uma multinacional holandesa teve que responder diante de um tribunal holandês pelos atos de uma de suas subsidiárias.

As comunidades do Delta do Níger dependem principalmente do meio ambiente para sua subsistência, incluindo a agricultura e a pesca. Esta decisão é uma vitória, e é importante porque “outras comunidades vão agora exigir que a Shell pague pelo ataque a seu ambiente”, de acordo com Nnimmo Bassey de Oilwatch e Amigos da Terra (FOE) Nigéria. No entanto, é importante refletir sobre dois elementos relevantes relacionados ao que o tribunal decidiu.

Primeiro, em sua decisão em favor do povo de Ikot Ada Udo, o tribunal decidiu reponsabilizar a Shell Nigéria e não a Royal Dutch Shell na Holanda. Esta, a chamada empresa “matriz”, é proprietária de 100% da Shell Nigéria e, portanto, é difícil acreditar que não interfira nas decisões tomadas por sua subsidiária e, o que é pior, não seja responsável pelo que essa subsidiária faz. A Amigos da Terra Holanda declarou que lhe foi negado acesso a provas de que a Royal Dutch Shell determina os assuntos cotidianos da Shell na Nigéria.

Em segundo lugar, o veredicto significa uma amarga decepção para o povo nos povoados de Oruma e Goi. Essas pessoas sofrem exatamente com a mesma destruição ambiental dos habitantes em Ikot Ada Udo, mas o tribunal não considerou a Shell responsável, avaliando que a empresa tinha feito o suficiente para manter suas linhas e não teria sido negligente, e os derrames seriam resultado de “sabotagem” por pessoas que estavam roubando petróleo. Os agricultores nigerianos e a Amigos da Terra Holanda anunciou que vai recorrer dessa decisão.

Nos jomais holandeses, a Shell declarou que estava “feliz”, porque a empresa “matriz” não foi considerada responsável e que o que aconteceu foi sabotagem, e não má manutenção, no caso em que a Shell foi absolvida.

Podemos dizer que também estamos felizes, mas com a vitória do povo em Ikot Ada Udo. Ao mesmo tempo, estamos profundamente tristes e preocupados. Como pode o tribunal holandês afirmar, longe da Nigéria e da realidade da destruição no delta do Níger, que a Shell não é responsável nos casos de derramamentos de hidrocarbonetos pelos quais foi absolvida? De acordo com nota de imprensa de (FOEI) Amigos da Terra Internacional: “Os autores declararam que consideram incompreensível que o tribunal tenha se deixado convencer por uma série de fotos borradas e imagens de vídeo de baixa qualidade

apresentadas pela Shell”.

Menno Bentveld, jornalista holandês que fez um documentário sobre os derrames de petróleo na Nigéria, comentou que os moradores locais que conheceu admitem que a sabotagem ocorre e que causa vazamentos de petróleo, mas também argumentam que os oleodutos são da Shell e, portanto, é ela que deve protegê-los adequadamente. Caso contrário, dizem: “Não venham aqui para levar embora o petróleo”. Além disso, Menno questiona a idéia e a lógica subjacentes de que “nós podemos extrair o petróleo deles e sem problemas, e a Shell e o mundo ocidental ganham bilhões com isso, mas quando se trata de proteger os oleodutos e prevenir vazamentos e o roubo de petróleo, não precisamos fazer nada”.

Isso levanta à seguinte questão: Qual teria sido a reação da Holanda se uma decisão semelhante tivesse sido tomada por um tribunal nigeriano, sobre as atividades de uma empresa nigeriana na Holanda, causando danos enormes a holandeses? E o fato de que a sabotagem ocorre no Delta do Níger significa que esses casos particulares de derramamentos de petróleo resultaram de sabotagem?

Mas esperemos que muitas comunidades sigam os passos dos corajosos agricultores nigerianos que levaram a Shell aos tribunais em seu país de origem, com o apoio da Amigos da Terra da Holanda e da Nigéria. E esperemos, também, que o tribunal atenda ao seu apelo por justiça e por menos impunidade no mundo corporativo!

Fonte: Nota à Imprensa da Amigos da Terra Internacional
(<http://www.foei.org/en/media/archive/2012/dutch-court-ruling-against-shell-a-partial-victory>) e <http://www.radio1.nl/items/71044-shell-veroordeeld-voor-milieuschade-in-nigeria>

Início

- Índia: Posco ataca novamente

Em 3 de fevereiro de 2013, em torno das quatro da manhã, 12 pelotões da polícia entraram nos povoados de Govindpur e Nuagaon, no distrito Jagatsinghpur, Orissa (atual Odisha) e começaram a bater em mulheres e crianças que dormiam, ferindo muitas delas gravemente e prendendo pessoas de forma aleatória. Estão demolindo as vinhas betel na região – o meio de subsistência local tradicional e um dos mais viáveis.

Os moradores de Govindpur e Nuagaon estão protestando contra um projeto que tem enfrentado forte resistência nos últimos oito anos. Um movimento local resiliente levado a cabo por um grupo de povoados muito determinados, incluindo Govindpur e Nuagaon, tem resistido à aquisição forçada e ilegal de suas terras para o estabelecimento de um projeto de siderurgia, porto e infraestrutura auxiliar promovido pela siderúrgica transnacional POSCO, com sede na Coreia do Sul, no distrito de Jagatsunghpur, província indiana oriental de Orissa, em uma área que inclui 6.000 hectares de florestas imaculadas, terras agrícolas e economia costeira. (Ver Boletim 155 do WRM)

Nesta fase, houve muitos altos e vários baixos. Aconteceram mudanças de poder constantes, com os mais altos cargos do governo da Índia intervindo para que homens e máquinas da Posco pudessem ter acesso ao local destinado ao projeto.

Devido a anos de protesto e outros atrasos, o primeiro conjunto de licenças ambientais para a POSCO, concedido em 2007, caducou em 2012. Elas valiam por apenas cinco anos. Durante esse tempo, a resistência local, a solidariedade e a falta do conjunto final de licenças relativas a outras leis relevantes desautorizou a POSCO a iniciar as operações. Houve iniciativas de forçar a entrada na área, confrontos locais, episódios em que os funcionários da empresa foram impedidos de entrar, prisões de manifestantes e assim por diante.

Agora, o Estado avançou para tomar posse da terra à força, desconsiderando os direitos constitucionais do povo e em grave violação da Lei de Direitos Florestais de 2006.

O All India Forum of Forest Movements (AIFFM) condena fortemente esse ataque brutal às pessoas que estão resistindo pacificamente à aquisição forçada de suas terras e exige que a polícia imediatamente se retire da área e libere as pessoas que foram detidas ilegalmente.

Artigo baseado em informações enviadas pelo secretariado do All India Forum of Forest Movements (AIFFM), e-mail: aiffmsecretariat@gmail.com: "POSCO isn't a closed chapter", de KanchiKohli; "Demolishing democracy: An Oppressive State violates its own rules", AIFFM Statementcondemning State Violenceagainst Villagers in Orissa, India protesting against South Korean TNC promoted POSCO Project

Início

COMUNIDADES E PLANTAÇÕES

- Nigéria: Ambientalista ameaçado por suas denúncias contra as plantações de dendezeiros da Wilmar

A Wilmar, gigante do agronegócio com sede em Cingapura, está expandindo suas operações na África. Ela já tem cerca de 50 mil hectares de plantações de dendê na Costa do Marfim, em Uganda e em Gana. Mais recentemente, expandiu-se para a Nigéria, entrando em uma joint venture com a PZ Cussons para estabelecer grandes extensões de plantações de dendezeiros no estado de Cross River, na região sudeste do país, enquanto promete criar milhares de oportunidades de emprego.

"Esse projeto traria enormes benefícios para o país através da criação de emprego e de uma tremenda economia de divisas. Até agora, adquirimos 35 mil hectares de terra e que completaremos as plantações em cerca de quatro anos. Estamos dispostos a plantar no máximo de terra que o governo puder nos dar e vamos fazê-lo com velocidade e qualidade jamais vistas". "Também garantimos ao governo e a todas as partes interessadas que faríamos essas plantações em conformidade com todos os requisitos de sustentabilidade", anunciou o presidente internacional da Wilmar ao se referir ao projeto da empresa na Nigéria.

No entanto, desde que iniciou suas operações, a Wilmar criou conflitos de terras com as

comunidades locais e se recusa a lidar com as reivindicações que os agricultores locais e proprietários de terras têm sobre as propriedades que ela recebeu em concessão.

O Rainforest Resource & Development Center (RRDC) é uma organização ambiental da região mencionada, que está trabalhando em nível local na tentativa de assegurar que as operações da Wilmar sejam transparentes, responsáveis e reconheçam os direitos dos povos indígenas e das comunidades, bem como cumpram leis e regulamentos. O RRDC denunciou a Wilmar na RSPO por vários motivos, entre eles, não chegar a um acordo com as comunidades donas da terra, aquisição ilícita de contratos de arrendamento de terras, no caso de agricultores incluídos no Cross River State Agricultural and Rural Empowerment Scheme (CARE), não levar em conta nem reconhecer as comunidades migrantes que vivem nas antigas propriedades de dendê, que foram autorizadas a cultivar e não têm direitos tradicionais sobre a terra. Estas, portanto, ficarão sem indenização, sem compromisso com a transparência e sem aplicação das leis e regulamentações municipais.

Apesar das reivindicações das comunidades e da queixa do RRDC à RSPO, a Wilmar continua com suas operações de destruição de florestas e plantio de mudas de dendê, em descumprimento das leis e dos regulamentos nigerianos, e em total desrespeito pelos Princípios e Critérios para a Produção Sustentável de Óleo de Dendê da RSPO. Por estas razões, o RRDC está prestes a entrar com uma ação judicial contra a empresa e o governo.

Odey Oyama, diretor da RRDC, que está à frente nas denúncias contra a Wilmar, muito recentemente começou a ser objeto de assédio por parte da polícia. Como ele disse ao WRM: “Não é possível identificar a causa exata da recente perseguição policial, mas ela poderia ter surgido de qualquer uma das questões em que eu estive envolvido, pessoalmente ou sob os auspícios do RRDC. Há três questões principais nas quais eu estou atualmente envolvido pessoalmente e também como membro do RRDC, e todas se referem a operações da Wilmar no estado de Cross River. Elas têm a ver com desrespeito e violação às leis do país e do estado pela Wilmar, denúncias de que a área de plantio está invadindo a divisão Oban Hill do Parque Nacional Cross River e a reserva florestal Ekinta e, por fim, uma denúncia de corrupção. Em razão de qualquer ou de todas as questões acima, eu tenho sofrido recentemente perseguições indevidas da polícia da Nigéria”.

Como resultado de seu ativismo, Odey foi colocado em uma lista de observação do governo – um sinal visível de que a sua vida pode estar ameaçada – e foi forçado a fugir de sua casa.

Um alerta de ação internacional foi organizado para apoiar Odey e outros ambientalistas nigerianos. O alerta exige que as autoridades do governo nigeriano ponham fim às ameaças a Odey Oyama e chama a atenção para o que o mundo está assistindo: a segurança de Odey Oyama deve ser garantida e a empresa deve cumprir as leis nacionais e internacionais.

Convidamos você a participar do alerta, enviando uma carta às autoridades competentes em: <http://www.foei.org/en/blog/stop-threats-to-nigerian-environmentalist-odey-oyama>

[Início](#)

- Gabão: Novo estudo alerta sobre os impactos da expansão de plantações de monoculturas de dendezeiro e seringueira

A ONG Brainforest, do Gabão, em colaboração com a FERN e o WRM, produziu o “Estudo dos impactos das plantações agroindustriais de dendê e seringueira sobre as populações do Gabão” (Etude sur l’impact des plantations agro-industrielles de palmiers a huile et d’hévéa sur les populations du Gabon), de Franck Ndjimbi, 2013. Este artigo, baseado nesse estudo, destaca algumas das informações sobre as empresas envolvidas e seus projetos, e alerta sobre os impactos já detectados e esperados nas regiões afetadas.

As florestas tropicais cobrem 85% do Gabão país e representam uma diversidade imensa de espécies, em função da qual cerca de 300.000 pessoas sobrevivem de agricultura, caça, pesca e coleta.

Com o “Plano Estratégico Gabão Emergente” (PSGE) do presidente, o governo quer estimular a agricultura de exportação, tanto as plantações das empresas quanto as realizadas por comunidades, chamadas de “plantações comunitárias”. O Plano menciona duas empresas que desenvolverão as plantações de dendezeiro e seringueira: OLAM e SIAT Gabon.

As escassas informações públicas indicam que a Olam já obteve o direito de usar 87.274 ha por um período de 50 anos, que pode ser prorrogado, sendo que o acordo abrange uma área total de 300.000 hectares. A empresa atua nas províncias de Estuaire (projeto de dendezeiro de Awala), Ngounié (projeto de dendezeiro de Mouila) e Woleu-Ntem (projeto de seringueira de Bitam/Minvoul).

A OLAM afirma que pretende contribuir com o desenvolvimento do país no longo prazo, aumentando as divisas através da exportação, gerando empregos e levando em conta as preocupações das comunidades. Para isso, afirma aplicar o princípio de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), que é um critério da certificação do RSPO e um selo verde bastante questionado, do qual a OLAM participa.

A SIAT Gabon tem plantações de dendê na província de Moyen-Ogooué (as plantações de Makouké, na região de Lambaréné) e plantações de seringueira nas províncias de Estuaire (em Kango), Woleu-Ntem (em Bitam et Minvoul) e Nyanga (fazenda Tchibanga). A SIAT espera conseguir a certificação RSPO em 2013. A área das quatro concessões da SIAT Gabon tem 15.712 ha e, recentemente, a empresa iniciou seu processo de expansão.

Também a SIAT afirma ter feito consultas às populações afetadas e se compromete a incentivar os pequenos produtores de palma a assegurar sua própria produção, além de tomar medidas para mitigar os impactos das plantações.

Por um decreto presidencial de 2005, as empresas são obrigadas a realizar um estudo de impacto ambiental. A OLAM já obteve aprovação dos estudos para seus projetos em Awala e Mouila, e a SIAT, para o conjunto dos seus projetos. Mas essas aprovações têm gerado questionamentos.

Em primeiro lugar, a Direção Geral de Meio Ambiente do governo ainda não criou as condições plenas para que ele possa acompanhar e avaliar bem esses estudos. Por isso, prevalece a informalidade em sua aprovação.

Além disso, os termos dos acordos assinados entre o Estado e a OLAM são desconhecidos pela população nas zonas de impacto. Portanto, não se conhecem os benefícios e obrigações previstos para essa empresa, algo que vale também para o caso da SIAT.

O que se sabe é que a própria OLAM tem escolhido as terras onde opera, algo questionável, porque uma concessão de terras teoricamente não daria esse direito a uma empresa. Mas, no caso da OLAM, o Estado é parte do projeto, até mesmo a presidência da república. Tudo isso gera uma reação de muita cautela na população antes de ela querer falar ou fazer alguma oposição ao projeto. Mais de uma vez, as comunidades afirmaram: “A OLAM é a presidência da república”, enquanto quadros da alta administração do governo afirmam: “A OLAM é o projeto do presidente”.

Mesmo assim, em algumas das regiões e comunidades visitadas que serão bastante afetadas, escutam-se insatisfações, questionamentos e vozes críticas.

Em geral, as comunidades não têm o direito garantido de usufruto das suas terras, como prescreve a lei 16/01 de 2001, e portanto, sofrem de insegurança fundiária. A burocracia e a falta de informação entre a população sobre seus direitos, mesmo vivendo num determinado território por muitas gerações seguidas, tendem a fazer com que o processo de expansão das plantações de dendezeiro e seringueira reduza seus territórios. Por exemplo, todas as comunidades reclamam que a zona-tampão de 5 km de distância entre as plantações e as comunidades é insuficiente, levando-as a propor maiores distâncias, de 7 km, ou a propor que as empresas busquem outras regiões para seus projetos.

Em todas as “consultas” efetuadas em função dos empreendimentos de dendê/seringueira, as comunidades mostraram uma vontade coletiva de querer garantir o direito a seus territórios. A insegurança aumenta quando o governo concede terras sem delimitar as mesmas com precisão, levando a conflitos com as comunidades.

Gabão Minha Terra, Meu Direito

Uma iniciativa importante de apoio ao processo de regularização fundiária em benefício das comunidades locais é “Gabon Ma Terre, Ma Droit” (“Gabão Minha Terra, Meu Direito”, www.gabonmaterre.com). Essa iniciativa reúne cerca de 20 ONGs e realiza um trabalho em algumas zonas do país, junto às comunidades, sobre seus direitos à terra, para que avance o processo de regularização fundiária dessas comunidades.

Por outro lado o avanço das plantações em grande escala agravará ainda mais a insegurança alimentar da qual a população em geral já sofre, seja pela perda de território e pelo desmatamento, seja pelo fato de os agricultores irem trabalhar para as empresas de dendê/seringueira, dificultando a manutenção das suas roças. Um morador de Doubou, na região de Mouila, diz: “É dessa mata que nós sobrevivemos e a não queremos compartilhar (...) se nós não pudermos plantar, pescar ou caçar, como vamos sobreviver?”. A redução na produção de alimentos põe em risco a soberania alimentar da população de um país que hoje precisa importar a maior parte dos seus alimentos.

Além disso, as comunidades estão também preocupadas com o acesso à água futuramente, em princípio, um bem público, mas que gera preocupação com a crescente apropriação privada de terras e florestas, o desmatamento e a expansão das plantações de seringueira e dendezeiro.

Considerações e alertas finais

A partir dos impactos e reações relatados como consequência de um processo ainda recente de expansão de plantações de dendezeiro e seringueira em diversas regiões do Gabão, seguem algumas considerações e alertas finais:

- a importância da organização popular.

As comunidades nas regiões afetadas tradicionalmente não se organizam em associações ou cooperativas. Mas, forçada pela ameaça que os projetos de plantações representam para si, a população está se organizando, considerando isso um passo fundamental para poder defender seus direitos. Entre as diferentes organizações que estão surgindo, as agrícolas se destacam, sendo que as cooperativas são geralmente lideradas e integradas por mulheres.

- a importância de conhecer seus direitos.

Cresce uma vontade e uma consciência na população sobre a importância de conhecer seus direitos, por exemplo, sobre seus territórios, mas também outros. Somente conhecendo seus direitos é que elas poderão lutar por eles ou questionar a legalidade das ações da OLAM e da SIAT Gabon. É importante, também, quando as empresas se reúnem com as comunidades, por exemplo, poder garantir que seja feita uma ata de cada reunião realizada.

- o direito ao uso do território

É fundamental que haja avanços rápidos no reconhecimento dos direitos de uso da terra pelas comunidades, para evitar o risco de perda de seus territórios para projetos agroindustriais e outros que vêm se instalando no Gabão. Isso significa um maior compromisso do governo com essa demanda da população rural e com a ratificação de acordos internacionais fundamentais para a proteção aos direitos de populações indígenas e tradicionais, como a convenção 169 da OIT.

- o direito à soberania alimentar e incentivo à produção agrícola

É preciso maior apoio à população para suas atividades agrícolas. Por exemplo, aplicar a lei 022 de 2008 que enfatiza “a produção de bens agrícolas, alimentares e não alimentares de qualidade e diversificados, respondendo às necessidades de mercados nacionais (...)”, “a organização de circuitos de comercialização (...)” e “a criação de condições favoráveis para o financiamento da agricultura, da pecuária e para o acesso à propriedade da terra (...)”.

- o direito à informação e a estudos de impacto bem elaborados

É necessário que as comunidades possam ter acesso a todas as informações relevantes sobre os projetos agroindustriais planejados para suas áreas. Os estudos de impacto ambiental precisam ser elaborados de forma imparcial e transparente. A comunidade tem o direito de acompanhar e participar desses estudos.

- o Direito ao Consentimento Prévio, Livre e Informado, que OLAM e SIAT Gabon dizem estarem aplicando com as consultas realizadas, precisa ser usado com toda a seriedade. Isso significa não só informar a comunidade sobre o projeto de forma transparente, mas

também dar a ela o direito de dizer sim ou não a esses projetos realizados nos seus territórios e florestas, dos quais depende para seu futuro.

Artigo baseado no estudo: "Etude sur l'impact das plantations agro-industrielles de palmiers a huile et d'hévéa sur les populations du Gabon", Franck Ndjimbi, 2013. Brainforest, com a colaboração do FERN e Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM).

Início

- Libéria: Ação contra a expansão das plantações de dendê da Sime Darby e da Golden Veroleum

Três importantes organizações da sociedade civil da Libéria, Sustainable Development Institute (SDI), Save My Future Foundation (SAMFU) e Social Entrepreneurs for Sustainable Development (SESDev), divulgaram um comunicado em 31 de janeiro de 2013, pedindo uma revisão da política agrícola do país.

Desde 2006, o governo da Libéria estabeleceu contratos vinculantes – conhecidos como contratos de concessão – com três grandes investidores estrangeiros produtores de óleo de dendê: Sime Darby (Malásia), Golden Veroleum (Indonésia) e Equatorial Palm Oil (Reino Unido). Essas concessões abrangem enormes extensões de terra; no total, são cerca de dois milhões de hectares – pouco menos de 10% da massa terrestre total do país.

Milhares de liberianos que plantavam e viviam da terra, cultivando arroz, mandioca e uma variedade de culturas alimentares para consumo próprio e para vender o excedente, cultivavam culturas comerciais, como seringueira e noz-de-cola, e coletavam uma série de produtos florestais não madeireiros de florestas próximas para uso doméstico e venda aos mercados experimentaram a perda dessas atividades, as quais proporcionavam diversas oportunidades de geração de renda a homens e mulheres. A empresa de dendê Sime Darby, da Malásia, recebeu uma concessão no distrito de Garwula, condado de Grand Cape Mount. Quando iniciou suas operações na região, as terras agricultáveis foram desmatadas e transformadas em plantações de dendezeiros. Além disso, as florestas das quais os residentes locais colhiam produtos florestais não madeireiros também foram cortadas e convertidas em plantações de dendê, e até mesmo locais culturalmente significativos da comunidade foram profanados.

As comunidades situadas dentro das áreas de concessão não foram devidamente consultadas antes da assinatura dos contratos, e os agricultores não foram informados com antecedência dos preços que a empresa pagaria por suas plantações. Alguns rejeitaram inicialmente os pagamentos, mas a empresa ameaçou entregar ao governo as indenizações devidas, de modo que eles aceitaram, por medo de que, os pagamentos indo para o governo, fosse impossível recuperá-los. Acabou se revelando que a indenização paga pelas culturas destruídas era inadequada.

Não há mais terras disponíveis para os residentes: eles já estão confinados em seus povoados e não há lugar para a agricultura, o que pode contribuir para o aumento da pobreza e os índices de criminalidade na área, e para a migração forçada; eles têm que comprar seus

alimentos, incluindo os básicos – mandioca e arroz – de outras aldeias distantes e da capital, Monróvia. Sem terra para cultivar, eles não têm certeza sobre como vão sobreviver nos próximos anos. (1)

Representantes das comunidades apresentaram duas queixas contra a Sime Darby Plantation Liberia e a Golden Veroleum Liberia à Mesa Redonda do Dendê Sustentável (RSPO). O governo liberiano admitiu “erros” e, mais recentemente, a presidente Ellen Johnson-Sirleaf concordou, em Londres, com “rever” os acordos com um olhar crítico.

A necessidade de uma revisão exaustiva e transparente da situação atual levou a coalizão de ONGs liberianas que pede uma revisão das políticas agrícolas do país a iniciar uma campanha pedindo às empresas de dendê que respeitem os direitos humanos, renegociem seus contratos e protejam os meios de subsistência dos pobres do campo. “A doação de terras para grandes plantações é saudada como promoção da recuperação econômica da Libéria, mas, na realidade, essas plantações prejudicam a segurança alimentar básica do país e geram pobreza quando os meios de subsistência são perdidos. Portanto, permiti-las contradiz as políticas do próprio governo liberiano sobre redução da pobreza e prevenção da fome”, enfatizou Silas Kpanan’Ayoung Siakor, ativista do Sustainable Development Institute. “A alocação de grandes áreas de terras agrícolas férteis a empresas estrangeiras por várias décadas vai empurrar as pessoas ainda mais para pobreza, já que as atividades locais geradoras de renda são restringidas e as capacidades das pessoas de ganhar dinheiro ficam limitadas”, acrescentou.

As organizações da sociedade civil também estão preocupadas com a conversão em grande escala de florestas primárias e secundárias em plantações de dendê, à medida que a Sime Darby se expande no condado de Gbarpolu. Estão exigindo a suspensão de qualquer outro plantio e de mais desmatamento e degradação ambiental em qualquer uma das áreas de concessão.

“As florestas geram benefícios ambientais e proporcionam múltiplas fontes de subsistência para o povo, e esses benefícios se perderam. O emprego nas plantações é inseguro, mal pago e não contribui para a subsistência no longo prazo. Em vez disso, as comunidades locais querem que o governo liberiano e as empresas de dendê reconheçam a posse da terra pela comunidade”, diz o ativista da SAMFU Robert Nyahn.

A Sime Darby afirma que cumpre os padrões internacionais de direitos humanos e diretrizes voluntárias, como o Pacto Global da ONU, do qual a empresa é signatária. No entanto, uma análise dos contratos entre o governo da Libéria e as empresas asiáticas demonstra que é provável que eles violem várias convenções de direitos humanos ratificadas pelo país. (2)

A Comissão Agrária da Libéria apresentou uma proposta de política agrária que inclui o reconhecimento da propriedade comunitária da terra. No entanto, as comunidades localizadas dentro de concessões agrícolas existentes – incluindo as da Sime Darby e da Golden Veroleum – não seriam incluídas na reforma. Esta omissão faz com que dezenas de milhares de liberianos permaneçam tecnicamente como posseiros em sua própria terra.

O comunicado divulgado pela SDI, SAMFU e SESDev insta o governo, a Sime Darby, e a Golden Veroleum a proteger os direitos dos agricultores ao concordar em adequar seus contratos de concessão aos princípios internacionais dos direitos humanos e reconhecer a

propriedade legal das comunidades sobre a terra.

(1) Tudo isso foi exposto no relatório “Uncertain Futures”, de autoria de Silas Kpanan’Ayoung Siakor e publicado pelo Sustainable Development Institute, em agosto de 2012. O relatório completo está disponível em

http://www.wrm.org.uy/plantations/21_set/2012/Liberia.html

(2) Relatório do Forest Peoples Programme, “A human rights-based analysis of the agricultural concession agreements between Sime Darby and Golden Veroleum and the Government of Liberia”, disponível em <http://www.foei.org/simedarby>

Artigo baseado em: Nota à imprensa “Liberian civil society urges oil palm companies to respect human rights, renegotiate their contracts, and protect the livelihoods of the rural poor”, divulgado por SDI, SAMFU e SESDev em 31 de janeiro de 2013; “Land grabs and human rights violations exposed in Liberia ahead of global development summit”, Amigos da Terra Internacional, 31 de janeiro de 2013; “Civil Society Coalition Statement on Oil Palm Concessions in Liberia” de Save My Future Foundation (SAMFU)/Friends of the Earth Liberia e Sustainable Development Institute (IDS).

Início

POVOS EM AÇÃO

- **Camboja: Ação contra a concentração de terras**

Um abaixo-assinado comunitário em Avaaz.org clama por ação contra empresas que, subsidiadas por um esquema da União Europeia, expulsam centenas de milhares de agricultores cambojanos de suas terras. Esses esquemas são voltados a beneficiar os países pobres, mas, no Camboja, incentivaram empresas que roubam a terra das pessoas e as tornam mais pobres, enquanto os benefícios fluem principalmente a uma elite empresarial e política.

O abaixo-assinado clama por uma investigação dos autores da concentração de terras no Camboja e a suspensão de seus privilégios empresariais.. Veja em

http://www.avaaz.org/en/petition/Investigate_landgrabbers_in_Cambodia_and_remove_their_trade_privileges/?kJeWlab

Início

- **Moçambique: Ação em defesa dos direitos dos camponeses ao alimento**

Em outubro de 2012, a Fian International – organização pelo direito a alimentação adequada, deu início a uma ação, que deve durar até 30 de abril de 2013, em defesa das comunidades camponesas na província Niassa, de Moçambique. Essas comunidades perderam acesso à terra usada para a produção de alimentos e a florestas naturais, e assim enfrentam insegurança alimentar e violações de seu direito à alimentação, devido ao estabelecimento de grandes plantações de árvores promovidas e financiadas pela Suécia.

A FIAN convida à AÇÃO URGENTE, escrevendo-se ao governo sueco para exigir que ele

conduza uma avaliação, em termos de direitos humanos, de sua ajuda ao desenvolvimento em Moçambique, que regule os investidores que operam a partir da Suécia e que introduza um mecanismo de monitoramento para acompanhar as atividades das empresas.

Junte-se à ação em <http://www.fian.org/get-involved/take-action/urgent-actions/urgent-action-mozambique-niassa-province/>

Início

- Brasil: 1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas

Cerca de três mil mulheres camponesas vindas de 23 estados, que passaram quatro dias reunidas em Brasília no 1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, fizeram ecoar o tema central do evento em frente ao Congresso Nacional: “Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher”. Cartazes com nomes de mulheres do campo assassinadas foram carregados pelas mulheres durante a caminhada.

“O 1º Encontro Nacional reafirmou a importância do Movimento de Mulheres Camponesas autônomo, feminista, camponês e socialista”. Confirmou a missão do MMC de lutar pela libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação; a construção do projeto de agricultura camponesa feminista agroecológico e a luta pela transformação da sociedade. Para isso, é indispensável a luta, a organização e formação potencializando as experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história”, afirmam num trecho do documento elaborado durante o evento.

Início

RECOMENDADOS

- **“Baixo Aguán: Grito pela Terra”**, o vídeo-documentário apresentado em espanhol em Honduras em 10 de dezembro durante um Fórum de Direitos Humanos, organizado pela Comissão de Familiares de Presos e Desaparecidos foi lançado na versão em Português. O novo vídeo denuncia violações dos direitos humanos sob o explorador modelo de plantação de óleo de palma, e pode ser visto e baixado em [http://wrm.org.uy/paises/Honduras/Grito por la Tierra pt.html](http://wrm.org.uy/paises/Honduras/Grito_por_la_Tierra_pt.html)

Início

- **“O Deserto Verde, a floresta que não vive”**, vídeo sobre os impactos sociais e ambientais das monoculturas de árvores no Bioma Pampa. Na versão em língua portuguesa: <https://vimeo.com/55355217>

Início
